

AfCoDD IV Nota Conceitual

4.ª Conferência Africana sobre Dívida e Desenvolvimento (AfCoDD IV)

A Crise da Dívida em África: Perspectivas e Alternativas Feministas Pan-Africanas

28 a 30 de Agosto de 2024

Maputo, MOÇAMBIQUE

I. Bem-vindo à AfCoDD IV

O Fórum e Rede Africana sobre Dívida e Desenvolvimento (AFRODAD, acrónimo em inglês) juntamente com a Colectiva Macroeconómica Nawi Afrifem (Nawi)ⁱ, o Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD), e a Campanha *Stop the Bleeding* (STBC) apresentam a quarta Conferência Africana sobre Dívida e Desenvolvimento (AfCoDD IV) a realizar nos dias 28 e 30 de Agosto de 2024 em Maputo, MOÇAMBIQUE. AfCoDD, inaugurada em 2021, reúne cidadãos africanos para discutir e debater o caminho de África para a autodeterminação económica, política e social.

Este ano, a AfCoDD IV apresenta “*A Crise da Dívida em África: Perspectivas e Alternativas Feministas Pan-Africanas*” em reconhecimento da necessidade crítica de abordar o défice em propostas alternativas, os impactos distributivos da crise da dívida e o enraizamento da modelação económica colonial extractiva que fazem perpetuar a submissão das mulheres africanas.ⁱⁱ

Em 2022, a dívida pública em África atingiu USD 1,8 biliões, tendo aumentado 183% desde 2010, uma taxa cerca de quatro vezes superior à sua taxa de crescimento do PIB em dólares. Já em 2024, quatro países africanos sinalizaram incumprimento (Etiópia e Chade) ou deixaram de pagar suas dívidas (Gana e Zâmbia), enquanto outros vinte e nove estão classificados como de alto risco de sobreendividamento, conforme ilustra o mapa de calor da dívida da AFRODAD.¹ Mesmo com programas de alívio da dívida, tais como a Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (ISSD), o Quadro Comum do G20 e os Direitos Especiais de Saque do FMI, muitos países africanos são obrigados a pagar dívidas bilaterais e dívidas do sector privado, o que prejudica a sua capacidade de responder às pressões socioeconómicas internas e acabam por desinvestir em serviços públicos.

O tema da AfCoDD deste ano desafia visões antigas sobre modelação macroeconómica, oferecendo uma óptica feminista ao expor uma *dívida global fragmentada e uma arquitectura financeira que prioriza os lucros em detrimento das pessoas, com desproporcional impacto nas mulheres africanas*.

Juntamente com os nossos parceiros, o AFRODAD dá-lhe as boas-vindas ao AfCoDD IV! A página Web da Conferência pode ser consultada [aqui](#).

Quadro 1

“Quaisquer que sejam as nossas questões prioritárias, somos nós que precisamos formulá-las a partir da nossa própria compreensão dos contextos sociais e políticos no qual estamos inseridos. Elas precisam ter relevância para nós, e precisam levar a sério as nossas próprias histórias. Este é mais um desafio colocado ao tema da descolonização.” Lyn Ossome

“Chegamos à conclusão de que o que nos traumatiza não é uma experiência individual de exposição a um acto violento: é viver em ambientes que lhe negam a sua dignidade básica.” Jessica Horn

¹ Com base em cálculos e dados do FMI e do Banco Mundial

II. Histórico e Contexto

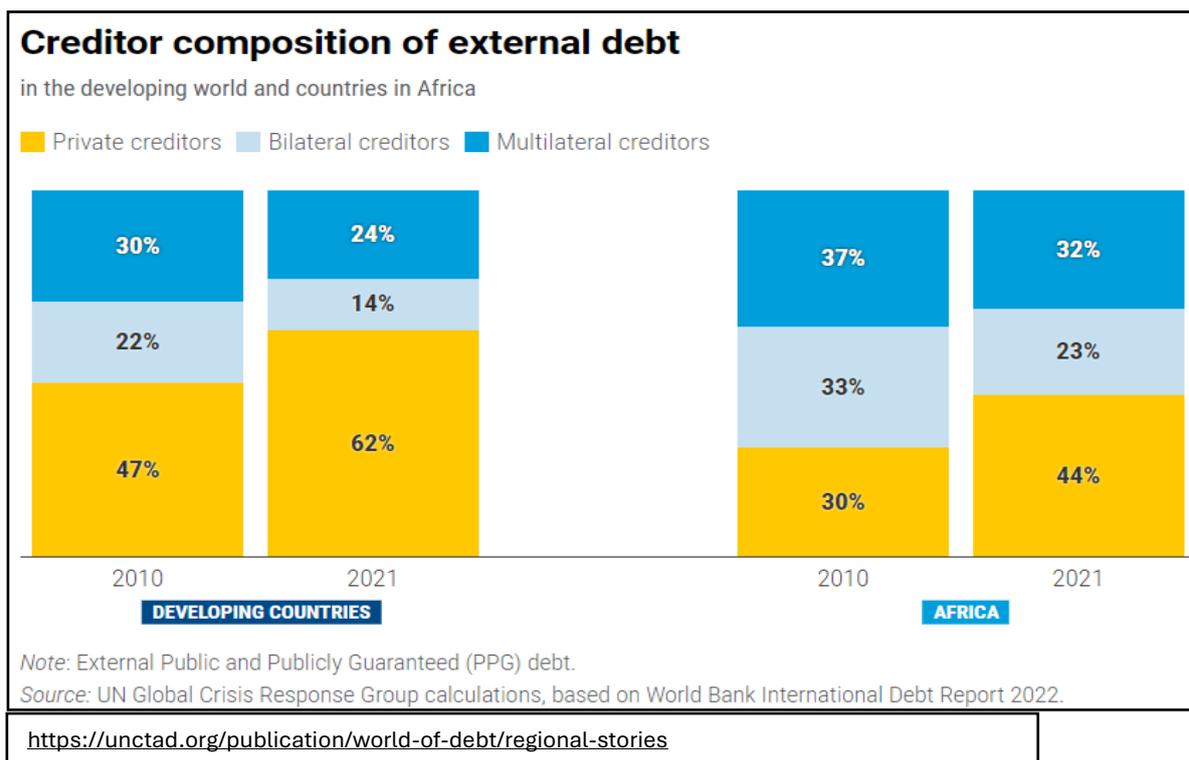
O Desafio da Dívida Africana

“A dívida é o neocolonialismo, em que os colonizadores se transformaram em assistentes técnicos. Deveríamos dizer “assassinos técnicos”.” Thomas Sankara

A forma como um governo gasta o seu dinheiro, cada corte no orçamento ou cada alocação, é uma questão de direitos das mulheres. Ainda assim, há algumas coisas que podemos fazer: ouvir as mulheres do mercado; ouvir os trabalhadores; pressionar os nossos governos para reestruturarem os empréstimos e a dívida a nosso favor; pressioná-los a financiar a saúde, a educação e os produtores rurais.ⁱⁱⁱ Paradoxalmente, apesar de serem credores líquidos do resto do mundo, os países africanos repatriam aos países desenvolvidos, receitas tão necessárias sob a forma de serviço da dívida, transferência de lucros, exportação de matérias-primas e importação de produtos acabados, associado a um comércio interno limitado que restringe ainda mais a capacidade do continente de prestar serviços essenciais aos seus cidadãos, inclusive o tão necessário investimento em redes de segurança social.

Em termos percentuais do PIB, a participação de África na dívida externa aumentou de aproximadamente 19% em 2010 para quase 29% em 2022. No mesmo período, a composição dos credores em África também mudou drasticamente, com os credores privados a representarem 44% em 2021, contra 30% em 2010. Além disso, a proporção de credores bilaterais e multilaterais diminuiu de 33% para 23% e de 37% para 32%, respectivamente, durante o mesmo período, conforme mostra a figura 1 a seguir.

Figura 1



Na última década, o aumento do número de credores privados fez com que os termos e condições dos empréstimos ficassem mais rigorosos e o espaço político africano ainda mais restrito, visando manter a solvência como tema central na formulação de políticas. Para além do limitado espaço político, a legislação nacional e os marcos regulatórios que regem os empréstimos e financiamentos não acompanharam o ritmo do aumento dos empréstimos nos mercados de capitais internacionais. A necessidade de manter a solvência por meio de classificações de crédito forçou os governos africanos a priorizar o serviço da dívida em detrimento do investimento em serviços públicos, como educação e saúde. Cada dólar que África gasta no serviço da dívida tem um impacto intergeracional no sucesso político, económico e social das mulheres e raparigas na sociedade. De acordo com a Organização das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED), entre 2010 e 2021, em África, o pagamento de juros aumentou 132% em detrimento das despesas com a educação, saúde e investimento.^{iv} Consequentemente, quase metade do continente africano está a gastar mais com pagamentos de juros da dívida do que com educação, saúde e investimento público. (Veja a figura 2 abaixo).

Figura 2



A óptica feminista para o desafio da dívida em África²

A óptica feminista no debate da dívida^v é essencial para compreender a dimensão macroeconómica das desigualdades de género, bem como as implicações microeconómicas, as quais foram moldadas e reproduzidas por processos históricos, sociais e políticos. Há muito tempo as economistas feministas criticam a abstracção das políticas económicas das complexas relações e contextos sociais nos quais estão inseridas. Considerando que a política económica ortodoxa se baseia em agregados, presume-se em geral que tanto os objectivos políticos (como a estabilidade dos preços, a geração de emprego ou o equilíbrio externo) como os instrumentos políticos tradicionais da macroeconomia (políticas orçamentais, monetárias, cambiais) sejam racionais, objectivos e neutros do ponto de vista do género. Os contratos da dívida “podem ser concebidos como acordos de mercado financeiro, em grande parte impessoais, racionais e voluntários, elaborados entre agentes com interesses próprios”.^{vi} Assim, os contratos da dívida são vistos na abstracção e à parte das relações históricas, sociais, políticas e económicas dos seres humanos reais, as quais baseiam-se num sistema de partilha de recursos entre diferentes grupos sociais e envolvem decisões sobre como distribuir recursos entre diferentes segmentos da sociedade.^{vii}

A privatização ou financeirização do desenvolvimento deu origem a modelos complexos de financiamento a nível macro (dívida), micro (crédito) e individual (microcrédito). Em cada um destes níveis, encontra-se no cerne a ideia de crédito ou de acesso ao crédito. Numa construção social em que as mulheres e as raparigas são estruturalmente marginalizadas do acesso

ao crédito por uma miríade de razões socioeconómicas, o surgimento do microfinanciamento tornou-se uma forma de crédito acessível às mulheres, com muita apreensão. Este modelo microeconómico é consistente com o discurso neoliberal que privilegia as políticas individualistas, de auto-ajuda e de afirmação do mercado, que aprisiona os poucos bens das mulheres, já que são usados como garantia para aceder a estas linhas de crédito.

A transição para economias de mercado nos países em desenvolvimento conduziu a uma dependência crescente da moeda e do crédito. As feministas têm defendido que a dívida se tornou “um mecanismo de coerção, fazendo com que as pessoas aceitem quaisquer condições de trabalho, já que agora é o fardo financeiro que “comanda” o seu trabalho”.^{viii} Argumentam ainda que “a dívida

Quadro 2

O movimento pan-africano compreendeu o espectro ideológico do século XX, variando de um nacionalismo mais de direita, pró-capitalista e baseado em raça a discursos socialistas mais revolucionários, promovidos por homens como George Padmore, Walter Rodney, Kwame Nkrumah, Julius Nyerere, Amílcar Cabral, Stephen Bantu Biko e Frantz Fanon, todos os quais localizam o subdesenvolvimento da África no capitalismo, desafiando o sistema de classes, o racismo e, no caso de Fanon em particular, o nacionalismo baseado em raça. Contudo, um registo histórico fidedigno inclui mulheres como Mable Dove Danquah, Adelaide Caseley-Hayford, Bibi Titi Mohamed, Funmilayo Ransome Kuti, Gambo Sawaba, Muthoni Likimani, Thenjiwe Mtintso, Djamila Bouhired, Charlotte Maxeke, Albertina Sisulu e outras inúmeras mulheres que se mobilizaram pela libertação de África.

África Feminista, Edição 19, 2014. Pan-Africanismo e Feminismo

<http://www.agi.ac.za/sites/default/files/i>

² Esta seção depende muito do trabalho do nosso co-organizador, a Colectiva Macroeconómica Nawi Afrifem

funciona e se alastra nos territórios como um mecanismo compulsivo de submissão à precarização (condições, horários e maus-tratos no trabalho), ao mesmo tempo em que é moralmente justificada como um meio de impor obediência.”^{ix} Com a globalização das décadas de 1980-1990, houve uma transformação na integração das mulheres na economia global: feminização do trabalho, indústrias voltadas para a exportação que dependem fortemente de trabalho manual, cadeias globais de cuidados. Desde o final da década de 1990, houve esforços planejados para feminizar a força de trabalho através de políticas neoliberais que se caracterizaram por salários miseráveis e más condições laborais devido às políticas de desregulamentação do mercado de trabalho.^x A maioria dos empregos em África, especialmente aqueles ocupados por mulheres, permanecem precários, informais e de baixa produtividade. A região africana tem o nível mais elevado de emprego informal, com 86%.^{xi}

Um [posicionamento feminista consciente](#)^{xii} pode ser desafiador, porque a economia feminista atribui o pecado original à existência do capitalismo e às suas condições debilitantes, sob a argumentação de que o capitalismo prospera nas desigualdades estruturais.^{xiii} Sobre este assunto, a economista feminista africana Lyn Ossome diz que o acesso à terra e aos bens comuns para as massas, neste

Quadro 3

Declaração de Adis Abeba sobre População e Desenvolvimento após 2014

- I. Rever, revisar, alterar ou abolir todas as leis, regulamentos, políticas, práticas e costumes que tenham impacto discriminatório sobre as mulheres, os jovens, especialmente as raparigas, sem distinção de qualquer tipo, e garantir que as disposições de vários sistemas jurídicos cumpram com os regulamentos e leis internacionais de direitos humanos.
- II. Aumentar e reforçar a participação equitativa das mulheres, especialmente das que vivem em zonas rurais, nas actividades de elevado valor acrescentado, aumentando a igualdade de acesso à formação e ao trabalho digno, incluindo a igualdade de remuneração por trabalho igual, o acesso à segurança social, licença maternidade remunerada, afastamento por doença e assistência e outros benefícios socioeconómicos, através da elaboração e execução de orçamentos sensíveis às questões de género com plena responsabilização.
- III. Promulgar e aplicar leis e introduzir reformas institucionais para assegurar a emancipação económica das mulheres e dos jovens através da igualdade de acesso à propriedade e ao controlo dos recursos económicos, da tecnologia e dos mercados, inclusive a terra, a propriedade e os direitos sucessórios.
- IV. Aumentar e reforçar a participação das mulheres e dos jovens na tomada de decisões e em cargos de liderança a todos os níveis, através da implementação eficaz de políticas, programas e ações positivas adequados.

contexto, tem muito mais a ver com a sobrevivência do dia-a-dia do que qualquer outra coisa, e argumenta que a reprodução social destas condições de sobrevivência contribui para a estagnação económica das populações rurais e urbanas que vivem na pobreza. A Declaração de Adis Abeba sobre População e Desenvolvimento após 2014 articula explicitamente esta proposição (veja o quadro 3).

A Dinâmica de Poder do Desafio da Dívida de África

“A humanidade enfrenta um grande dilema: seguir no caminho do capitalismo, da depredação e da morte, ou escolher o caminho da harmonia com a natureza e do respeito pela vida.” Acordo dos Povos de Cochabamba, Abril de 2010.

Compreender a importância do *status* e do papel das mulheres em África é fundamental para o progresso, conforme destacado pelo impacto combinado dos protocolos da União Africana (UA), alguns dos quais são particularmente notáveis. Centrado nos direitos das mulheres, especificamente no artigo 13º sobre os direitos económicos e sociais (quadro 4), o Protocolo de Maputo^{xiv} reconhece os desafios existentes que impedem as mulheres de alcançar justiça no trabalho e avanço profissional, propondo métodos para melhorar o acesso das mulheres à igualdade de oportunidades na força de trabalho e outras perspectivas económicas.^{xv} O sector agrícola é responsável por empregar a maior parte da população do continente, sendo que 80% desta agricultura é realizada por pequenos produtores ^{xvi}, muitos das quais são mulheres.^{xvii} A Declaração de Maputo de 2003 sobre Agricultura e Segurança Alimentar em África^{xviii} expressa a intenção de atribuir pelo menos um décimo dos orçamentos nacionais ao sector, em reconhecimento das necessidades urgentes do mesmo, bem como das vulnerabilidades e conseqüentes crises.^{xix} Além disso, a [Declaração de Malabo 2014](#), cita também a necessidade de os africanos, especialmente as mulheres, participarem e usufruírem de quaisquer oportunidades de crescimento e desenvolvimento proporcionadas pelas práticas agrícolas no continente.

Quadro 4

PROTOCOLO À CARTA AFRICANA DOS DIREITOS HUMANOS E DOS POVOS RELATIVO AOS DIREITOS DAS MULHERES EM ÁFRICA

Artigo XIII

DIREITOS ECONÓMICOS E SOCIAIS – Cabe aos Estados Partes adoptar e aplicar medidas legislativas e outras medidas para garantir às mulheres a igualdade de oportunidades no trabalho, avanço profissional e outras oportunidades económicas. A este respeito, devem:

- a) Promover a igualdade de acesso ao emprego.
- b) Promover o direito à igualdade de remuneração para trabalhos de igual valor para homens e mulheres.
- c) Garantir a transparência no recrutamento, promoção e exoneração de mulheres, bem como combater e punir o assédio sexual no local de trabalho.
- d) Garantir às mulheres a liberdade de escolher a sua profissão e protegê-las da exploração por parte dos empregadores que venham a transgredir e explorar os seus direitos fundamentais, tal como reconhecidos e garantidos pelas convenções, leis e regulamentos em vigor.
- e) Criar condições para promover e apoiar as profissões e actividades económicas das mulheres, em particular no sector informal.
- f) Estabelecer um sistema de protecção e de segurança social para as mulheres que trabalham no sector informal e sensibilizá-las para a sua adesão.
- g) Introduzir uma idade mínima para o trabalho e proibir o emprego de crianças abaixo dessa idade, além de proibir, combater e punir todas as formas de exploração infantil, especialmente as das raparigas.
- h) Tomar as medidas necessárias para reconhecer o valor económico do trabalho doméstico das mulheres.
- i) Garantir uma licença de maternidade pré e pós-natal adequada e remunerada, tanto no sector privado como no sector público.
- j) Assegurar a aplicação equitativa da legislação fiscal entre homens e mulheres.
- k) Reconhecer e fazer valer o direito das mulheres assalariadas aos mesmos subsídios e direitos concedidos aos homens assalariados no que respeita aos seus dependentes.
- l) Reconhecer que ambos os progenitores são os principais responsáveis pela educação e desenvolvimento dos filhos e que esta é uma função social pela qual o Estado e o sector privado têm responsabilidade secundária.
- m) Tomar medidas legislativas e administrativas eficazes para prevenir a exploração e o abuso das mulheres na publicidade e na pornografia.

Apesar dos protocolos e declarações bem articulados adoptados pelos Estados-Membros da União Africana que promovem o avanço das mulheres e das raparigas, o desempenho dos continentes em relação à igualdade de género em todas as facetas da vida continua baixo, conforme mostram as figuras 3 e 4. As mulheres enfrentam vários obstáculos à participação na vida política e económica.^{xx} As barreiras estruturais através de leis e instituições discriminatórias ainda limitam as opções das mulheres para concorrer a cargos públicos. Há uma discrepância nas habilidades, redes de contacto e os recursos entre homens e mulheres que impede as mulheres de se tornarem líderes eficazes. As mulheres estão sub-representadas como eleitoras, bem como em posições de liderança, seja em cargos electivos, na função pública, no sector privado ou na academia. Isso acontece mesmo que demonstrem sua competência como líderes e impulsionadoras de mudanças e tenham direito a um papel igual na liderança democrática.

A baixa participação das mulheres na vida política pode ser atribuída ao lento avanço das disposições do Artigo 13 do Protocolo de Maputo de 2003, entre outros factores. A Figura 4 e a tabela 1 revelam que a média de presença feminina nos parlamentos africanos é inferior a 50%. Isso sugere que as leis e os marcos regulatórios para promover os direitos das mulheres e das raparigas possam ser negligenciados, dificultando seu desenvolvimento na sociedade. Além disso, os dados levantados pela [ONU Mulheres em 1 de Janeiro de 2024, mostram que as mulheres representam 23,3% dos membros do Gabinete que chefiam Ministérios e lideram uma pasta pública.](#)^{xxi}

Existem apenas 15 países em que as mulheres ocupam 50% ou mais dos cargos de Ministro de Estado liderando áreas políticas.^{xxii} As cinco pastas mais ocupadas por mulheres chefes de Gabinete são: Mulheres e igualdade de género, Assuntos da família e da infância, inclusão e desenvolvimento social, protecção social e segurança social; e Assuntos indígenas e de minorias.^{xxiii} Estas estatísticas mostram claramente a dinâmica de poder e as assimetrias que continuam a persistir na política e na gestão do governo, produzindo um efeito cascata na forma como a política macroeconómica é elaborada para promover a mobilidade política, económica e social das mulheres e das raparigas.

Conforme consta na [Resolução sobre a participação política das mulheres](#) da Assembleia Geral da ONU de 2011: “As mulheres em todas as partes do mundo continuam a ser extensamente marginalizadas da esfera política, muitas vezes como resultado de leis, práticas, atitudes e estereótipos de género discriminatórios, baixos níveis de educação, falta de acesso à saúde e o efeito desproporcional da pobreza nas mulheres.” Em 1 de Junho de 2024, havia 27 países onde 28 mulheres ocupavam o cargo de Chefes de Estado e/ou de Governo^{xxiv}. Ao ritmo actual, a igualdade de género nos mais altos cargos de poder só será alcançada daqui a 130 anos.^{xxv}

Figura 3 [Desigualdade de género africana em números](#)^{xxvi}

1 em 3	1 em 4	15%	1,5x	41%
mulheres sofre violência física e sexual ao longo da vida	parlamentares em África são mulheres	dos proprietários de terras em África (excluindo a África Setentrional) são mulheres	menos chance de uma rapariga ter um emprego formal ou frequentar a rede de ensino se comparada a um rapaz	montante que representa as disparidades entre homens e mulheres na utilização da Internet

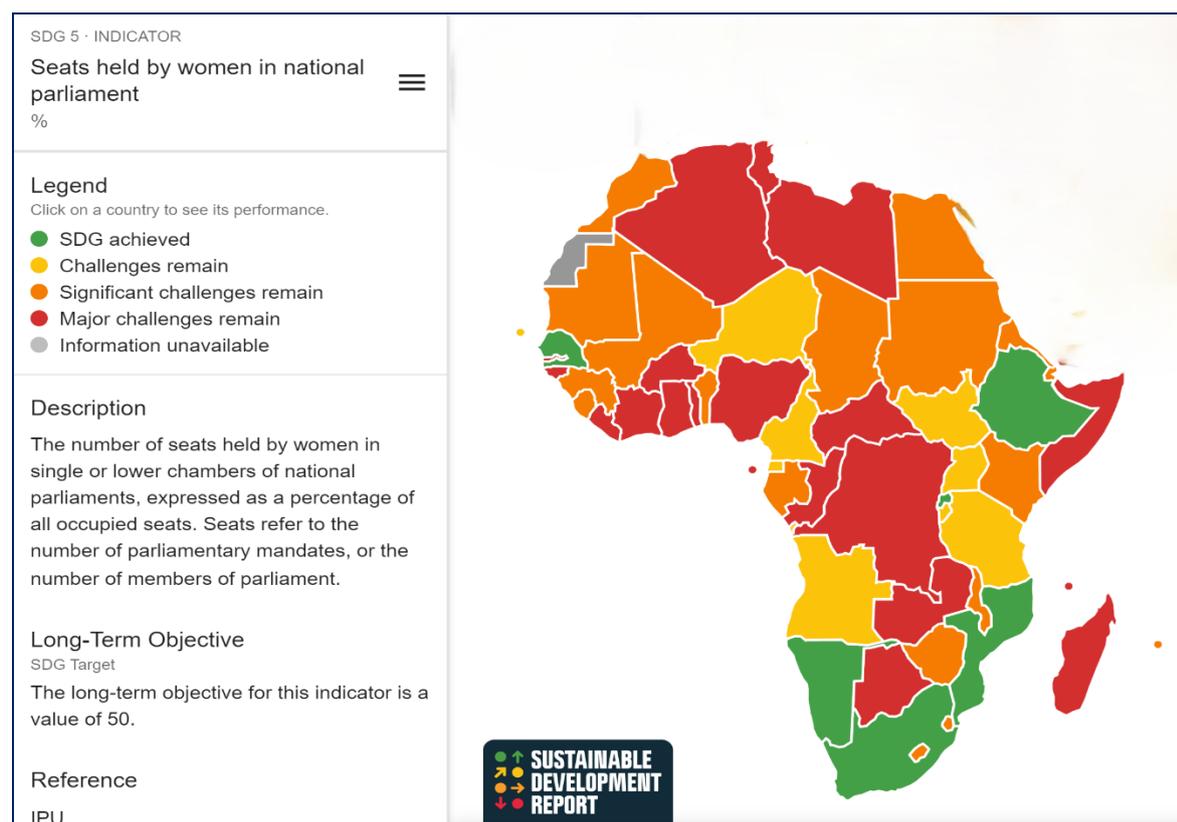
Tabela 1:

As regiões na tabela abaixo foram listadas por % de assentos ocupados por mulheres nas câmaras inferiores e únicas em **1º de Junho de 2024**

Região	Câmara Baixa e Unicameral	Câmara Alta	Todas as Câmaras
África Oriental	32.20%	30.00%	32.00%
África Austral	31.30%	35.50%	31.70%
África Central	23.30%	27.00%	24.20%
África Ocidental	19.10%	13.10%	18.50%
África Setentrional	17.00%	8.40%	15.10%

https://data.ipu.org/women-averages/?date_month=1&date_year=2024

Figura 4^{xxvii} Relatório de Desenvolvimento Sustentável 2024: ODS 5: % de Assentos ocupados por mulheres no Parlamento Nacional



<https://dashboards.sdgindex.org/map/indicators/seats-held-by-women-in-national-parliament>

“O défice de financiamento para os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) é de USD 1,3 biliões por ano. ... África precisa de pelo menos mais USD 800 mil milhões por ano para cumprir os ODS. Ao ritmo actual, a igualdade entre homens e mulheres só será alcançada em 2094,” [afirma William Muhwava](#), Chefe da Secção de Estatísticas Demográficas e Sociais. Do nível local ao global, a liderança e a participação política das mulheres são restritas ^{xxviii} e precisam ser tratadas

urgentemente se quisermos reduzir significativamente esse prazo.

III. Pilares da Conferência

- i. **Política** – este pilar trata dos fundamentos ideológicos e filosóficos de abordagens alternativas à emancipação e ao destino manifesto da África. Na AfCoDD IV, a abordagem feminista terá o foco nas pessoas, em detrimento da demografia de género, enfatizando os indivíduos como agentes activos influenciados por seus ambientes e circunstâncias, capazes de se expressar sobre as barreiras que enfrentam, o que lhes foi ensinado, suas experiências e o que desejam para o seu futuro.
 - ii. **Investigação e Ideação** – Este pilar consiste em contribuir para o conhecimento pan-africano e perspectivas intelectuais sob a óptica feminista sobre a dívida, crise da dívida, financiamento do desenvolvimento e transformação estrutural de África. Será lançada na AfCoDD uma revista de artigos seleccionados para apresentação.
 - iii. **Mobilização Pública #SisiNdioTuko** – Este pilar tem a ver com a construção sustentada do movimento cívico nacional para além da actual crise da dívida.
-

IV. Metas

A AfCoDD IV foi moldada em torno da necessidade de construir uma agenda feminista distintamente africana para a dívida:³

- i. Reflectir, descrever e responder aos panoramas culturais, sociais, económicas e geopolíticas distintas de África e à diversidade das realidades dos africanos.
 - ii. Continuar a construir o discurso feminista africano e a produzir conhecimento que lhe seja próprio e que sublinhe e documente a sua experiência e actuação.
 - iii. Desconstruir e reconstruir o que for necessário para centrar a África e o seu povo, recuperando a sua humanidade e dignidade.
-

V. Formato, Datas e Local da Conferência

A AfCoDD terá duração de 3 dias entre 28 e 30 de Agosto de 2024 em Maputo, MOÇAMBIQUE. Será realizada presencialmente e transmitida ao vivo em todas as nossas plataformas de média social. Para mais informações, entre em contacto com John Oduk john@afrodad.org, Vanessa Jarava vanessa@afrodad.org, e Aurore Sokpoh eventscoordinator@afrodad.org

-FIM-

Sobre os Organizadores da AfCoDD IV

[Fórum e Rede Africana sobre Dívida e Desenvolvimento \(AFRODAD\)](#)

O AFRODAD preocupa-se em garantir que o continente africano não volte a ficar endividado, influenciando os governos africanos a instituir e implementar políticas e práticas para o desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza através do desenvolvimento e

³ Alinhada com as aspirações delineadas pela Coletiva Macroeconómica Nawi-Afrifem

implementação de políticas de dívida sustentáveis; mecanismos transparentes, responsáveis e eficientes de mobilização e utilização dos recursos nacionais; e utilização eficaz das finanças públicas internacionais. A sua missão é contribuir para o crescimento económico inclusivo e o desenvolvimento sustentável da África, influenciando a mudança de políticas sobre gestão da dívida e financiamento do desenvolvimento, ancoradas em abordagens baseadas em direitos.

Colectiva NAWI Afrifem (Colectiva Nawi)

A Colectiva NAWI Afrifem (Colectiva Nawi) é uma cooperativa de Economia Política Feminista Africana fundada em 2020 com o propósito de construir uma comunidade de feministas africanas e organizações que trabalham para influenciar, analisar, desconstruir e reconstruir a economia política. Na qualidade de feministas africanas, trabalham para “recuperar as ricas histórias das [mulheres] negras no desafio a todas as formas de dominação, em particular no que diz respeito ao patriarcado, raça, classe, sexualidade e imperialismo global” no contexto de sistemas económicos de nível macro.

Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD)

Campanha *Stop the Bleeding* (STBc)

A Campanha *Stop the Bleeding* (STBc) é um movimento fundado por uma OSC, vinculado a uma visão partilhada de cidadãos africanos vivendo com dignidade em uma África justa, integrada e próspera. São membros da STBc: Fórum e Rede Africana sobre Dívida e Desenvolvimento (AFRODAD); Rede de Desenvolvimento e Comunicação das Mulheres da África (FEMNET); Confederação Sindical Internacional África (ITUC África); União dos Advogados Pan-Africanos (PALU); Tax Justice Network Africa [Rede de Justiça Fiscal de África] (TJNA); Colectiva Macroeconómica Nawi – Afrifem (Colectiva Nawi); e Trust Africa (TA).

ⁱ Nawi <https://drive.google.com/file/d/1b3fnZ2zaT-KdxF6AAcQp0gH4P5QPbZqk/view>

ⁱⁱ https://www.uneca.org/sites/default/files/Gender/eca-fast-facts_women-leadership-and-political-participation.pdf

ⁱⁱⁱ <https://drive.google.com/file/d/1b3fnZ2zaT-KdxF6AAcQp0gH4P5QPbZqk/view>

^{iv} UNCTAD 2022 <https://unctad.org/publication/world-of-debt/regional-stories>

^v Busi Sibeko <https://drive.google.com/file/d/1Mw2pXCVshRIs-qxEw9fRn8pwyUUkQsC/view>

^{vi} Nelson, J. 2006. Ética e Dívida Internacional: Uma Visão DA Economia Feminista. Instituto Global de Desenvolvimento e Ambiente. Documento de trabalho NO. 06-04 Disponível [online]: <https://www.bu.edu/eci/files/2020/01/06-04EthicsDebt.pdf>

^{vii} Sibeko, B, Phalatse, S & Ossome, L. (2021). Propostas Feministas sobre Políticas Macroeconómicas Necessárias para a Recuperação Económica da COVID-19. Disponível [Online]: <https://www.iej.org.za/wp-content/uploads/2021/06/FeministMacroeconomicPolicies-Briefing.pdf>

^{viii} Cavallero, L; & Gago, V. 2020. 10 Teses sobre Economia Feminista (ou o antagonismo entre greve e finanças). CLCWeb: Literatura e Cultura Comparada. Disponível [online]: <https://docs.lib.purdue.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=3845&context=clcweb>

^{ix} Cavallero, L; & Gago, V. 2020. 10 Teses sobre Economia Feminista (ou o antagonismo entre greve e finanças). CLCWeb: Literatura e Cultura Comparada. Disponível [online]: <https://docs.lib.purdue.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=3845&context=clcweb>

^x Standing, G. 1999. Feminização Global Através do Trabalho Flexível: Um Tema Revisitado. Disponível [Online]: http://www.brooklyn.cuny.edu/web/aca_socialsciences_polisci/150422_IA_Comps_StandingGlobal-Feminization-Through-Flexible-Labor.pdf

^{xi} De acordo com a OIT, embora o indicador 8.3.1 dos ODS se refira à proporção de emprego informal no emprego não agrícola, a incidência da informalidade na agricultura pode ser grande em alguns países. Assim, a fim de dispor de uma imagem global das condições de trabalho dos trabalhadores e da dimensão global da informalidade, especialmente nos países em desenvolvimento e emergentes, o indicador 8.3.1 deve ser complementado por outras medidas de informalidade que abrangem toda a economia (agricultura e não agricultura).

^{xii} Njoki Ngumi <https://drive.google.com/file/d/1hxucN8wH4orOZxiQSpeCB8jK7ZusxOyJ/view>

^{xiii} Shukla, A. (2021). Feminismo e Capitalismo: O Dilema Ideológico da Coexistência. Feminismo em Índia. <http://bit.ly/3EJTuYG>

- xiv https://au.int/sites/default/files/treaties/37077-treaty-charter_on_rights_of_women_in_africa.pdf
- xv (1995). Protocolo de Maputo. Gabinete do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. <http://bit.ly/3UNW0D6>
- xvi *Ibid*
- xvii Abass, J. (2018). Mulheres Cultivam 70% dos Alimentos Africanos. Mas Têm Poucos Direitos Sobre a Terra cultivada. Fórum Económico Mundial. <http://bit.ly/3Aszalk>
- xviii file:///C:/Users/Maureen/Downloads/CAADP_Maputo%202003.pdf
- xix (2003). Declaração de Maputo. Aumentar a Nutrição. <http://bit.ly/3tGjSwe>
- xx <https://www.unwomen.org/sites/default/files/2024-06/Poster-Women-political-leaders-2024-en.pdf>
- xxi https://www.unwomen.org/en/what-we-do/leadership-and-political-participation/facts-and-figures#_edn4
- xxii https://www.unwomen.org/en/what-we-do/leadership-and-political-participation/facts-and-figures#_edn5
- xxiii https://www.unwomen.org/en/what-we-do/leadership-and-political-participation/facts-and-figures#_edn6
- xxiv https://www.unwomen.org/en/what-we-do/leadership-and-political-participation/facts-and-figures#_edn1
- xxv https://www.unwomen.org/en/what-we-do/leadership-and-political-participation/facts-and-figures#_edn2
- xxvi UNECA <https://www.uneca.org/gender-equality-and-empowerment-women>
- xxvii Relatório de Desenvolvimento Sustentável 2024 <https://dashboards.sdgindex.org/map/indicators/ratio-of-female-to-male-labor-force-participation-rate>
- xxviii ONU Mulheres <https://www.unwomen.org/en/what-we-do/leadership-and-political-participation/facts-and-figures#83879>